

## Na floresta da cidade: experiências de mapeamentos sociais de indígenas na Amazônia urbana

*In the jungle of the city: social mapping of indigenous populations from urban Amazonia*

Ana Maria Lima Daou <sup>1</sup>

### RESUMO

O artigo discute experiências de mapeamentos participativos ou de mapeamentos sociais elaborados por populações tradicionais, indígenas em particular, que utilizam novas tecnologias de mapeamento na produção de cartografias sociais. O material analisado é parte das atividades realizadas no âmbito do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia – PNCSA, consolidadas em fascículos que sintetizam o processo de elaboração e apresentam os mapeamentos produzidos por distintos grupos ou comunidades. Foram escolhidas para a análise as experiências de mapeamentos realizados por indígenas inseridos em cidades da Amazônia. As oficinas de mapeamentos sociais com atuação dos indígenas trazem elementos significativos para o entendimento de sua inserção na cidade, de sua apreensão do espaço urbano, bem como de estratégias de reprodução social para além das aldeias. Resultam da elaboração dos automapeamentos reivindicação por terra e territórios bem como de outros direitos e demandas de políticas públicas para demandas de grupos específicos. As oficinas de automapeamentos dos indígenas apontam para usos inéditos das tecnologias de mapeamento social, para seu potencial de elaboração e reforço de identidades étnicas e para o reconhecimento da heterogeneidade que as cidades amazônicas encerram. Aponta para formas particulares de percepção e usos sociais do espaço urbano.

**Palavras-chave:** mapeamento participativo, mapeamentos social, auto mapeamento, indígenas em contexto urbano, Amazônia.

### ABSTRACT

The paper discusses experiences of participatory and social mapping performed by traditional populations, among them indigenous, which make use of recent mapping technologies to produce social cartographies. The analysis is part of a project dealing with new social mapping in Amazon (PNCSA) which presents and synthesises the mapping processes and results achieved by various groups or communities. The experiences were chosen within indigenous populations belonging to Amazonian cities. The social mapping centres involving indigenous populations bring about meaningful facts which clarify the understanding of their urban insertion, of their apprehension of the urban space as well as of the strategies of social reproduction occurring beyond the realm of the villages. Self-mapping led to land claims and territories as well as further rights and public policies demands from specific groups or communities. The indigenous self-mapping centres reveals new uses of social mapping technology, specially in the area of elaboration and strengthening of ethnic identity and recognition of the heterogeneity characterising Amazonian cities. The study underlines the process of mapping process and particular ways of perception and social use of urban space.

**Keywords:** participatory mapping, social mapping, Indigenous self-mapping, social self-affirmation, indigenous social identity, indians in Amazonian cities.

<sup>1</sup> É doutora em Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Mestre em Antropologia Social (1998) Pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1988). Graduada em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1977) com especialização em Metodologias de Desenvolvimento Urbano pelo IBAM - Rio de Janeiro (1979). É Professora Associada da Universidade Federal do Rio de Janeiro, departamento de Geografia, com experiência de ensino, pesquisa, extensão universitária e orientações de monografia, mestrado e doutorado nas áreas de Geografia Humana e de Antropologia Social. E-mail: [ana@daou.com.br](mailto:ana@daou.com.br).

## 1. INTRODUÇÃO: OS MAPAS E A VIDA SOCIAL

O uso de Tecnologias de Informação Geográfica e a difusão do uso dos GPS – Global System Positioning – vêm favorecendo, nas últimas décadas, significativo aumento do interesse pelas imagens cartográficas, pelo seu uso e pela sua produção. A democratização do fazer dos mapas, o deslocamento radical possibilitado pelo uso das novas tecnologias — no sentido de que novos segmentos da sociedade, assim como profissionais das mais distintas áreas de atuação, outrora apenas usuários, passam a ser eles mesmos “fazedores de mapas” — têm promovido uma instigante profusão do uso de imagens cartográficas e de práticas voltadas para a sua elaboração. Além de temáticas mais usualmente tratadas pela cartografia, observa-se, nas estratégias contemporâneas, a emergência de novos temas, a inclusão de interesses particulares e articulações inéditas quanto às instituições e aos agentes envolvidos nas práticas de mapeamentos que ganham popularidade. O uso das tecnologias e sua democratização estimulam críticas em várias direções. Harley (1995) chama a atenção para o que denomina de “esforço de padronização”, que acompanha a difusão da cartografia e das novas tecnologias de informação institucionalizadas pois seu uso pode vir a promover reducionismos por efeito de um enquadramento único para maneiras socialmente distintas de apreensão e percepção do espaço (HARLEY, 1995, p.244). A produção de mapas não está mais restrita às instâncias hegemônicas de controle do território, e alguns autores<sup>2</sup> consideram que os seus processos de elaboração, no presente, podem ensejar perspectivas de mapeamentos “contra-hegemônicos” que promovem o “empoderamento” de grupos sociais até então silenciados.

A reflexão que aqui apresento é resultado da análise de um conjunto de experiências de elaboração de cartografias sociais em contextos urbanos, em particular na Amazônia brasileira<sup>3</sup>. Esta escolha resultou da constatação de que, mesmo na Amazônia, onde são especialmente numerosas (ACSELRAD, 2008) em relação ao conjunto das experiências de cartografias e mapeamentos participativos no Brasil, ainda são reduzidas aquelas realizadas em contexto urbano. Além disso, as cartografias sociais aqui analisadas foram elaboradas por indígenas residentes em Manaus, o que se oferecia como possibilidade de vislumbrar apropriações e dimensões singulares do modo de vida que indígenas de distintas origens estabelecem na cidade.

Não é propósito aqui a análise dos numerosos trabalhos que envolvem populações “tradicionais” em sua ampla variação, bem como índios “não-urbanos”, justamente aqueles mais expostos à problemática da terra e do território, do acesso aos recursos ambientais ou dos conflitos oriundos da expansão do agro negócio. Assim, nesta reflexão, me ative às experiências que envolvem diferentes grupos de indígenas inseridos em cidades na Amazônia, Manaus em particular, privilegiando os efeitos dos processos de elaboração dos mapas por eles produzidos.

A existência de uma população de índios urbanos (durante muito tempo negada, ganha expressão significativa com os dados dos censos de 1991 e 2000, que apontaram para seu notável crescimento e instigante presença sobretudo nas cidades amazônicas e do nordeste (ALMEIDA, 2008, SANTOS, 2010). Embora o censo de 2010 indique uma redução na taxa de crescimento dos índios urbanos (SANTOS, 2011) no Brasil contemporâneo, as populações indígenas nas cidades já alcançaram visibilidade inédita, o que anima a análise aqui empreendida a partir da experiência do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônica – PNCSA. O objetivo de tal Projeto é “mapear esforços mobilizatórios, descrevendo-os e georreferenciando-os, com base no que é considerado relevante pelas próprias comunidades mapeadas”

<sup>2</sup> Para uma discussão sobre as técnicas de mapeamentos participativos financiados por fundos de agências bilaterais e multilaterais visando à demarcação de terras indígenas, ver Hale (2000), Wainwright (2009) e em particular para o caso brasileiro ver a crítica de Hoffmann (2010).

<sup>3</sup> O trabalho que aqui apresento é parte de um investimento mais amplo realizado no âmbito do projeto “Experiências em cartografia social e constituição de sujeitos em conflitos ambientais”, (2009) coordenado por Henri Acselrad, ETERN/IPPUR/UFRJ, a quem agradeço a oportunidade de apresentar esta reflexão.

(ALMEIDA, 2009, p.14), ou seja, através da representação gráfica – mapas – do espaço elaborada por grupos amazônicos inúmeras formas de apropriação do território são promovidas conjugando-se com expressões de afirmação identitária e de demandas sociais.

Duas questões nortearam esse artigo: No caso dos grupos indígenas sobre os quais recaem as observações aqui consideradas, como se inserem na cidade ou como inserem a cidade em seus percursos e deslocamentos para além da aldeia? Qual a relação entre as aldeias, as terras indígenas e a vida urbana? Que potencialidades as cartografias sociais promovem para a afirmação identitária deste segmento numericamente crescente da população urbana nas cidades da Amazônia?

## 2. CARTOGRAFIA SOCIAL, MAPEAMENTO PARTICIPATIVO E MAPEAMENTO SOCIAL EM CONTEXTO URBANO

Muitas questões podem ser propostas à iniciativa de registro das experiências que contabilizaram, até o final de 2009, que resultou em um levantamento de cerca de 197 trabalhos<sup>4</sup>. As experiências são muitas variadas, seja por seus objetivos, seja pelos arranjos institucionais que as envolvem. Em sua maioria estão voltadas para os interesses de gestão e ordenamento territorial ou de manejo de áreas de conservação. São praticamente indisponíveis ou inacessíveis as informações qualitativas sobre as mesmas<sup>5</sup>. Trata-se, neste sentido, de uma ausência já assinalada pela literatura crítica a respeito de práticas de mapeamentos participativos, pois é muito restrita a produção de material reflexivo sobre esses processos e seus desdobramentos (FOX *et al.*, 2008; Sheppard, 2008; Sletto, 2009). Já sobre mapeamentos sociais, e, em especial, trabalhos desenvolvidos no âmbito do Projeto Novas Cartografias Sociais da Amazônia – PNCSA<sup>6</sup>, nos quais se ancora minha reflexão, há boa quantidade – e qualidade – de material, que é francamente disponibilizado tanto pela internet quanto sob a forma de publicações denominadas Fascículos, o que veio estimular a reflexão que se segue.

De acordo com Almeida (2009 e 2009c) e Souza (2009), passo a utilizar o termo mapeamento social (que se distingue de mapeamento participativo), entendido como um conjunto de procedimentos de pesquisa que inclui o envolvimento dos pesquisadores com os agentes sociais, em contextos variados, em que a prévia capacitação dos agentes sociais envolvidos na realização das oficinas de elaboração de mapas se desdobra de “relações de pesquisa” estabelecidas previamente, em trabalhos de campo de média ou longa duração. Para a realização dos mapeamentos sociais são considerados o acúmulo de conhecimento científico sobre as práticas de pesquisa de caráter qualitativo, assim como o registro das observações de campo e a realização de entrevistas em profundidade. Os pesquisadores estabelecem com aqueles envolvidos nos processos uma relação de confiança e interesse mútuo. As informações inseridas nos desenhos, croquis e finalmente nos mapas produzidos são de escolha dos grupos e seus representantes que participam das oficinas (FARIA JR, 2009, p.31), operando-se neste sentido um abandono das convenções cartográficas usuais.

As cartografias sociais elaboradas por indígenas inseridos em cidades da Amazônia trazem elementos significativos para o entendimento dos modos de inserção e estratégias de reprodução social e de reforço identitário para estas minorias e assim expressam uma “reconfiguração étnica” nos termos de Almeida (2009b). A elaboração dos mapeamentos acaba por contemplar interesses de reivindicação por terra e territórios, além de outros direitos, bem como pode apontar para usos inéditos das tecnologias da

<sup>4</sup> Levantamento realizado no âmbito do Projeto Experiências em Cartografia Social e Mapeamento Participativo – 2008/2009 (ETTERN/IPPUR/UFRJ).

<sup>5</sup> Uma discussão relativa ao Levantamento, ver ACSELRAD e COLI (2008) e CORREIA (2009).

<sup>6</sup> O Projeto Nova Cartografia Social da Amazônica – PNCSA faz parte de um projeto mais amplo, desenvolvido a partir de 2004 e denominado Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil, com financiamento da Fundação Ford. VER <http://www.novacartografiasocial.com>.

confeção de mapas e para o reconhecimento da heterogeneidade que as cidades amazônicas encerram.

Até 2009, os processos de mapeamentos participativos urbanos no Brasil eram reduzidos e muitos dos que foram registrados no referido levantamento, se apresentam como parte da elaboração de planos diretores urbanos, que privilegiam a participação da população. Visam ao ordenamento territorial e contemplam, neste sentido, as indicações do Estatuto da Cidade<sup>7</sup>, no que diz respeito à inclusão da perspectiva dos moradores, e introduzem práticas cartográficas consideradas participativas, o que possibilita a incorporação tanto do conhecimento “nativo” sobre o espaço urbano, quanto das tensões e das reivindicações presentes na cidade. O uso dessas práticas é questionado por Coli (2009), para quem tais procedimentos “viriam a constituir mais um instrumento para que governos municipais identifiquem conflitos urbanos e elaborem estratégias de negociação e prevenção que visem à sua ‘resolução’ pouco contribuindo para potencializar a capacidade de populações empobrecidas de interferir e decidir sobre os processos políticos que se desenrolam nas cidades (COLI, 2009, p.1).<sup>8</sup>

O que diferencia os trabalhos a serem aqui analisados dos mapeamentos participativos realizados para planos diretores? No primeiro caso, o dos mapeamentos sociais, o foco do trabalho não é “a cidade”, mas certos conflitos que têm expressão espacial, de modo que não se trata de trabalhar com uma unidade prévia. Os mapeamentos sociais decorrem de um trabalho de abordagem etnográfica junto a indígenas, ou a populações tradicionais, quilombolas, faxinalenses, entre outros grupos minoritários, e, frequentemente, invisíveis ao Estado; além disso, requer a capacitação e a familiarização dos membros das equipes, incluindo os representantes da comunidade e, em alguns casos, de membros de apoio, com as técnicas de cartografia (FARIA JR, 2009, p.31).

Conforme Regis Coli (2009), o Ministério das Cidades apresenta parcas orientações sobre os processos de participação a serem utilizados na consecução dos planos diretores urbanos, o que aparece com mais clareza em indicações da Agenda 21, especialmente quanto à realização de diagnósticos, em que se inclui, ao lado de uma “leitura técnica”, a “leitura comunitária”. Nesta última, “ancorada na experiência daqueles que vivem e atuam na cidade”, o objetivo é “envolver a população em processos participativos” (COLI, 2009, p.3) que venham a enriquecer e a complementar a leitura técnica, o que viria possibilitar o envolvimento da comunidade, assim como o diálogo com as diferentes instâncias de poder. Em suma, o mapeamento participativo convida os segmentos sociais à adesão sem, entretanto lhes atribuir protagonismo no processo.

Antes dos primeiros resultados de mapeamento social (no sentido estrito aqui atribuído ao termo), há exemplos de participação de indígenas em processos de demarcação de suas terras, ocorridos no âmbito do PPG7<sup>9</sup>, avaliados positivamente por pesquisadores que os entenderam como “construções dos indígenas, diferenciadas culturalmente, com enquadramentos históricos distintos e projetos políticos heterogêneos” (OLIVEIRA e IGLESIAS, 2002, p.64), não resultando, portanto, da aplicação simplista de modelos técnicos administrativos e de participação formal. A obtenção de resultados pretendidos para a demarcação das terras, requereu a mobilização de indígenas, antes mesmo da realização das atividades técnicas, de demarcação, cartografia e reconhecimento jurídico, como sujeitos organizados (em

<sup>7</sup> O Estatuto da Cidade, Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, regulamenta os artigos da Constituição Federal de 1988, que tratam da Política Urbana em que está prevista a “participação popular”. O Plano Diretor das cidades assume função essencial no implemento destas políticas.

<sup>8</sup> Para uma discussão sobre algumas destas experiências, remeto a Coli (2009).

<sup>9</sup> Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil - PP-G7 iniciativa em conjunto dos sete países do (G-7), dos Países Baixos, do Banco Mundial, do Governo do Brasil. Implantado nos anos 1990, juntamente com o subprograma Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal –PPTAL que constitui “a primeira tentativa de definir uma metodologia de participação indígena em processos de demarcação no país incluindo-se aí o uso de técnicas de mapeamento utilizando-se de imagens de satélite e a construção de um Sistema de informações geográfica – SIG), alimentado por um banco de dados com as informações de campo”(HOFFMANN, 2010, p.56).

coletividades étnicas), envolvidos nos desdobramentos que o processo de territorialização<sup>10</sup> promove.

Nos mapeamentos participativos, em geral a cidade aparece previamente, com seus contornos e traçado inseridos na proposta de elaboração de planos diretores e da gestão urbana democrática, com a hierarquia dos espaços urbanos, suas instituições e sua dimensão funcional bem como as áreas privilegiadas pela ordem urbana se apresentam, o que não ocorre no caso dos mapeamentos sociais.

Os mapeamentos sociais nas cidades — em especial as cartografias sociais presentes no PNCSA — buscam um efeito de visibilidade de minorias inseridas nas cidades amazônicas, com longa história de estigmatização e apagamento, como é o caso de indígenas ou de minorias negras. Ocorre assim o reconhecimento dos iguais — indígenas de uma mesma etnia que vivem na cidade, com origens e trajetórias similares; este movimento todavia não quer a substantivação das identidades, tratando-as como fechadas e exclusivas, pois também há espaço para a construção de coletividades que envolvem grupos de origens étnicas distintas, que se organizam diante de demandas e interesses específicos<sup>11</sup>. Desta forma, distintas minorias étnicas, com histórias e trajetórias muito diferenciadas, têm elaborado e compartilhado “a consciência de sua identidade indígena” (ALMEIDA, 2009b). É em torno de diferentes lutas por direitos de cidadania ou por políticas públicas que contemplem direitos de minorias que grupos se mobilizam e se aglutinam em “unidades de mobilização” no espaço da cidade, e é no seio desses processos que as cartografias sociais ou os mapeamentos sociais vêm sendo realizados.

No caso dos indígenas, não se trata apenas de reconhecer os quantitativos da presença de minorias na cidade, como indicam, por exemplo, os dados e as reportagens sobre os totais de indígenas que vivem atualmente em Manaus<sup>12</sup>. Também não diz respeito somente a reconhecer, na ida para a cidade, um “momento” de um processo inexorável de “aculturação” ou de apagamento das formas de sociabilidade e do modo de vida nas aldeias. A ida para as grandes cidades, como Belém ou Manaus, envolve, muitas vezes, um deslocamento anterior à chegada na capital, onde novas formas de interação aproximam os indígenas, sejam eles de diferentes etnias ou dos mesmos grupos de origem.

### 3. MAPEAMENTOS SOCIAIS DE INDÍGENAS NA CIDADE: AUTOCARTOGRAFIAS E AUTO RECONHECIMENTO

Os processos de mapeamentos sociais estimulam os participantes, em especial durante as oficinas de capacitação e de realização dos trabalhos, a se reconhecerem e a elaborem, a partir daí, as bases para um entrelaçamento de suas trajetórias, ancorados diversos critérios, como lugar de origem, ocupação e modo de vida. No conjunto das cartografias urbanas realizadas por indígenas, a interação entre homens, mulheres e jovens é significativa. A participação de mulheres indígenas é notável tendo os procedimentos do mapeamento e as oficinas, possibilitado, em certos casos, seu auto-reconhecimento no espaço urbano. A existência de numerosas associações de mulheres indígenas na cidade é significativa para o entendimento de uma perspectiva de gênero na abordagem da problemática urbana bem como do papel das mulheres indígenas nas dinâmicas entre as aldeias e as cidades na Amazônia contemporânea. Participantes da Associação das Mulheres Indígenas Sateré-Mawé, em Manaus, antes isoladas, se redescobriram e refletiram sobre suas trajetórias. Neste caso, processos de mapeamentos sociais

<sup>10</sup> Conforme Oliveira e Iglesias (2002, p.64-65), a “territorialização *strictu sensu* é o estabelecimento de um vínculo legal relacionando diretamente um grupo social e dado território, implica e acarreta por sua vez um amplo conjunto de transformações não só exteriores (nas relações com os vizinhos, Estado, outros povos indígenas etc.), mas igualmente nas práticas de subsistência, na dieta alimentar, na utilização do meio ambiente, nos mecanismos de socialização [...] nos mecanismos de controle social, nos contextos cerimoniais, na memória e no imaginário coletivo”.

<sup>11</sup> A Comunidade Beija Flor, no município de Rio Preto da Eva, é uma significativa referência deste processo pois reúne indígenas de pelo menos cinco grupos distintos, que vivem numa mesma terra e se organizaram na luta pela demarcação de suas terras situadas no perímetro urbano da sede municipal.

<sup>12</sup> Para uma discussão relativa às estatísticas recentes sobre os municípios com maior percentual de autodeclarados indígenas em 2000, ver Almeida (2008, p.31).

ensejaram dinâmicas de valorização de histórias comuns:

Muita gente mais jovem e os que estão nascendo não sabem de onde viemos, como que é a nossa história. Aqui parece simples, mas foram três dias para fazer, com datas, tudo, quando nos sentamos para fazer. Na ponta Alegre, no Andirá, em 1969, a dona Baku saiu com 13 anos para Manaus, trazida pelo antigo SPI (atual Funai). Foi para o Morro da Liberdade, no intuito de estudar e trabalhar para ter uma vida melhor. Começou a trabalhar na casa de família. [...] Foi ela que descobriu tudo, descobriu o artesanato. [...] Ela foi para o Manaquiri e trouxe um saco de caroço de jauari... começamos a brincar e descobrimos que poderíamos ganhar dinheiro com a nossa própria cultura, fazer dinheiro com artesanato. (Fascículo 23, 2008, p.3).

Os mapas produzidos no âmbito do PNCSA expressam tanto uma inserção das coletividades nas tramas da cartografia que podem inclusive extrapolar os limites da cidade — o que procede da localização no quadriculado das coordenadas e na precisão do georreferenciamento promovido pelo GPS —, quanto se desdobram em organizar as informações escolhidas e acordadas pelos que elaboram o mapa, referidas à escala do espaço que se delinea pelas experiências e pelos percursos dos grupos ou por suas atividades de trabalho.

Esta operação em escalas distintas<sup>13</sup> é expressiva em relação às questões que envolvem as cartografias ou a consecução dos mapeamentos sociais. Operam em dois registros ao mesmo tempo: um universalizante e outro, particularizante. O primeiro é o do georeferenciamento em coordenadas geográficas; o segundo é o das territorialidades particulares, dos *croquis* e das falas sobre os percursos. Por um lado, manifestam o tempo próprio da vida na cidade, enquadrando-se, assim, na trama urbana; por outro lado, apresentam redes de sociabilidade e fluxos específicos que evidenciam um território compartilhado, para além de Manaus, incluindo outras cidades (como Manaquiri e Iranduba (PNCSA - Fascículo 23, 2008)), terras indígenas e aldeias que se ligam numa mesma representação cartográfica porque expressam os percursos particulares. Sobre a carta de base é possível então observar que se desenham os circuitos e as redes em que os indígenas se movimentam em tempos distintos.

Uma tensão análoga à anterior, entre coletivo e particular, também está presente nos temas e legendas que compõem os registros dos Fascículos, onde aparecem ao mesmo tempo as reivindicações do grupo, dos direitos e das solicitações por políticas públicas e a experiência individual da afirmação de pertencimento étnico: “descobrir como tirar de dentro de nós o índio”, criando e reafirmando identidades, diz Lucimir, da comunidade Sahu-ape (PNCSA, *Indígenas nas cidades de Manaus, Manaquiri e Iranduba - processo de territorialização dos Satéré-Mawé* - Fascículo 23, 2008, p 4).

As oficinas, em que se desenham os mapas — com o uso de grandes folhas de papel e lápis de cor, dispostos na mesa, em volta da qual os participantes vão desenhando e inserindo as referências —, contribuem para promover uma aproximação singular dos participantes, pois é o momento adequado à expressão dos percursos e das experiências do lugar entre indivíduos e grupos envolvidos no processo de elaboração cartográfica. Os mapas e relatos produzidos nas oficinas sugerem, a meu ver, um modo específico de estar na cidade, que não estabelece uma clara descontinuidade (ou oposição) entre o rural e o urbano, visível nos desenhos em que a existência de roças urbanas é indicada, evidenciando a manutenção do exercício de práticas que costumam ser vinculadas ao modo de vida na floresta.

Surge nos *croquis* e mapas uma cidade pontuada por referenciais próprios dos indígenas com seus

<sup>13</sup> A despeito das escalas em que os mapas são representados nas publicações, a escala em que são confeccionados é sempre grande, permitindo representação detalhada.

lugares de destaque referidos a sua experiência urbana. Não correspondem às demarcações formais de “territorialidades instituídas juridicamente” (Nakano, 2008 p.240) ou a áreas de planejamento específicas. Seus referenciais muitas vezes distanciam-se dos espaços usualmente considerados mais significativos da cidade e não estão necessariamente fixados e visíveis em caráter permanente: sugerem tramas, redes de articulações.

A análise dos Fascículos sugere que, em Manaus, o mosaico de pequenos espaços “verdes” ou as áreas em que a mata que permanece, impertinente, nas franjas da cidade, nas beiras de ruas, nos baldios urbanos, aparecem como locais privilegiados para a coleta de frutos e sementes necessários à consecução de objetos produzidos artesanalmente, uma das atividades que complementam a renda de muitas das comunidades indígenas inseridas na cidade. Assim, as estratégias de reprodução social que os mobilizam são expressivas de usos e percepções particulares, investidas de um conhecimento prático que se expressa na identificação e na classificação das árvores urbanas, seja na coleta de insetos — como as formigas tucandeira e saúva, valorizadas na dieta Sateré-Mawé — ou na criação de circuitos de venda dos objetos produzidos.

#### 4. AS ASSOCIAÇÕES INDÍGENAS NA CIDADE

Como já foi dito, o objetivo principal da maioria das cartografias sociais urbanas em que indígenas estão envolvidos refere-se à sua luta por reconhecimento e visibilidade e igualmente pelo reconhecimento de direitos étnicos. Ou seja, ainda que vivendo na cidade já há algum tempo, como demonstram as histórias de vida, construíram ao longo dos anos, espaços de sociabilidade e apoio mútuo, como são as numerosas associações indígenas existentes na maioria das cidades amazônicas e em alguns casos é forte a referência à aldeia de origem. Desse modo, indígenas que, em outros momentos, ao chegarem à cidade, eram forçosamente levados a negar sua origem, passam não apenas a ser contabilizados nos censos<sup>14</sup> como indígenas na cidade, como se articulam para garantir direitos étnicos e o acesso a serviços públicos. “Aldeias”, “comunidades”<sup>15</sup> e em particular as associações indígenas na cidade vem possibilitando o reforço de identidade, favorecendo a sociabilidade e o reconhecimento mútuo. Assim é que, as associações agregam, em muitos casos, diversas etnias, sem que isto denote o abandono das relações comunitárias, ou melhor, sem que isto signifique uma ruptura das relações com as aldeias e os grupos de origem (ALMEIDA, 2008; FARIA Jr., 2008). As formas associativas no contexto urbano reinventam e reforçam laços comunitários; fortalecem relações primárias e reinscrevem as relações de parentesco nos fluxos e redes que possibilitam apoio moral e viabilizam estratégias de reprodução na cidade, como a compra de sementes e outras matérias primas em aldeias de parentes.

Nas relações que estabelecem, tanto são significativas aquelas que enfatizam vínculos com as famílias de origem, com a “aldeia”, quanto aquelas cuja ênfase é dada aos laços de solidariedade, com agentes de outras etnias que com eles convivem efetivamente, partilhando o mesmo espaço físico e sendo designados indistintamente como “parentes”. Ou seja o parentesco é uma forma de reconhecimento das relações de apoio e solidariedade que os indígenas estabelecem entre si e nas relações com os “não parentes”, na cidade.

<sup>14</sup> A partir de 1991, houve a inclusão da categoria indígena no censo. O percentual de índios em relação à população total brasileira era de 0,2%, o equivalente a 294 mil pessoas, percentual que subiu para 0,4% da população, ou 734 mil pessoas que se declararam indígenas no recenseamento de 2002 (VENTURA, 2005). A tendência se mantém nas últimas décadas em cidades como Manaus; no estado do Amazonas a “população residente ‘autodeclarada’ indígena corresponde a 4.03% do total de população, o que era um percentual relativamente elevado comparativamente à União (ALMEIDA, 2008, p. 31).

<sup>15</sup> Lima e Chamo (2009), ao realizarem o mapeamento social de Indígenas na cidade de Manaus, se ancoraram nas noções práticas de “aldeia”, “comunidade” e “associação” adotadas pelos próprios indígenas, as quais foram georreferenciadas nos trabalhos Indígenas na cidade de Manaus: Os Sateré-mawé no Bairro Redenção e Mulheres Indígenas e Artesãos do Alto Rio Negro em Manaus (PNCSA, Fascículos 17 e 18, 2007).

Certamente, as experiências aqui tratadas promovem a socialização de um tipo de conhecimento antes restrito ou não apreendido de modo sistemático por diferentes segmentos de um mesmo grupo – crianças, homens, mulheres e jovens. Este é um dos sentidos em que a elaboração dos mapeamentos sociais parecem favorecer o que Vianna (2009) apontou como um potencial de “reencantamento do mundo”.

Existentes hoje em grande número em Manaus, as associações indígenas<sup>16</sup> constituem-se em locais privilegiados para a interação desses grupos no espaço urbano. É no seio das associações, distribuídas em diferentes bairros da cidade, que mulheres de distintas etnias se organizam e desenvolvem trabalhos, ancorados em seus saberes particulares — como os diferentes tipos de artesanato confeccionados por muitas no tempo em que se encontram de “folga do trabalho”<sup>17</sup>.

O mapa elaborado por mulheres indígenas oriundas de diferentes etnias do Alto Rio Negro — reunidas na AMARN<sup>18</sup> - *Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro, NUMIÁ KURA*, Fascículo 24 — expressa a ligação e o reconhecimento que estas mulheres estabelecem entre si por meio da associação, assim como com suas comunidades de origem. Algumas vieram acompanhando os patrões desde São Gabriel da Cachoeira, cidade situada no Alto Rio Negro, com o maior contingente urbano de população indígena no Brasil<sup>19</sup>. Na sua sede da associação reúnem-se e conversam em suas diferentes línguas nativas; trocam experiências e realizam os trabalhos de artesanato, desenvolvendo habilidades e técnicas de seu conhecimento. Com utilização de fibras compradas de associações localizadas no Alto Rio Negro são confeccionados objetos, como cestaria e adornos, os quais são comercializados pela associação em pelo menos duas feiras de artesanato indígena existentes na cidade. A partir da associação, as mulheres promoveram ações para garantir o reconhecimento de direitos étnicos, como a implantação de ensino bilíngue para seus filhos. Para Almeida, a criação de associações “torna-se um instrumento básico para que se categorizem a si mesmos, inclusive mediante o poder do Estado” (Almeida, 2009, p.29).

Como indicado pelo depoimento de indígenas da APN - Associação *POTERIKHARÁ NUMIÁ* - Fascículo 18, constituída a partir da AMARN para propiciar alternativas de renda para indígenas residentes na cidade, o convívio permitiu “melhorar (o artesanato), aproximar mais e unir a família também” (PNCSA - Fascículo 18, 2007, p. 3), referindo-se particularmente ao cuidado com os filhos e à transmissão de ensinamentos que a convivência naquele espaço propicia. Por sua vez, os diálogos ensejados pelas oficinas de cartografia favoreceram a reflexão sobre o papel da associação, como espaço favorável à transmissão de práticas e conhecimentos valorizados por seus membros e também como instância de mediação na interação com a sociedade mais ampla, intercedendo na organização das reivindicações e interesses dos indígenas.

Nas oficinas de cartografias sociais e no ambiente das associações surgem distinções identitárias que favorecem a crítica às categorizações que tratam de um “índio genérico” e que desconhecem a diversidade étnica dos grupos indígenas:

A maioria das pessoas vê o indígena como uma pessoa só. Que é o índio? Uma pessoa com cocar e tanga. Não é assim, um universo que nós somos, um povo e muito grande, rico ainda por sinal. Nós mesmos sendo da mesma região, temos diferenças muito grandes na cultura, nas tradições e que a maioria não conhece [...] com a ajuda da

<sup>16</sup> Josibel Silva (2008) aponta para a existência, em Manaus, de pelo menos 27 associações voluntárias que atuam com questões indígenas. As associações não são exclusivas de determinado grupo étnico e, em sua maioria, agrupam indígenas das várias etnias provenientes de diferentes regiões, como do Alto e do Médio Rio Negro, do Alto Solimões e dos rios Madeira e Purus.

<sup>17</sup> Muitas mulheres da associação trabalham em casas de família, em diferentes bairros da cidade.

<sup>18</sup> A AMARN foi fundada em 1987, o que é um indicativo de sua mobilização em período anterior à promulgação da Constituição de 1988. Indígenas da AMARN se orgulham de suas idas à Brasília na luta pela aprovação do artigo 232 em prol dos indígenas (PNCSA - Fascículo 24, 2008, p.2).

<sup>19</sup> Sobre a inserção de mulheres indígenas na cidade São Gabriel da Cachoeira, sua mobilidade entre a cidade e a aldeia, ver Lasmar (2005).

cartografia, acho que deveria ser um ponto inicial para conhecermos, por exemplo, região que vem isso daqui [...]. (Gerson Vieira Teles – Arapaço – PNCSA - Fascículo 18, 2007, oficina realizada em 17/06/07).

Santos (2008, p.64), em seu trabalho sobre as comunidades Sateré-Mawé que vivem em zonas urbanas de Manaus, refere-se a uma “etnografia da inclusão” ao considerar a subversão de valores por parte dos indígenas que, no presente, tomam consciência de suas histórias e formas culturais. As conexões com suas comunidades “de origem” são expressas em diferentes falas ou nas estratégias de acolhimento dos parentes que chegam à cidade, assim como nos fluxos de matérias-primas para o artesanato feito em Manaus, entre outras conexões que aproximam a cidade e as aldeias.

## 5. OS MAPEAMENTOS SOCIAIS: PERCEPÇÕES E TERRITORIALIDADES URBANAS

Os mapeamentos sociais e o que se apresenta nos Fascículos produzidos pelo projeto PNCS indicam aspectos específicos da percepção que indígenas têm da cidade e do modo como aí se inserem e apreendem a paisagem urbana, o que já vem ocorrendo há mais de quatro décadas e abrange, em alguns casos, mais de três gerações. O jovem Moisés Sateré, de 21 anos, quanto a este aspecto, diz:

Nós fomos construindo a nossa floresta na cidade, a partir das nossas observações, pelos lugares onde passávamos nas paradas de ônibus, nas escolas, nas reuniões, olhando o verde das árvores. Vimos a importância destes recursos para o nosso trabalho. Tia Zenilda, ela teve a idéia de extrair semente para fazer artesanato.

[...] A partir dela juntas [sic] com seus filhos, elas passaram a idéia de identificar e classificar as árvores, sabendo onde elas se encontravam e os períodos de extração. Assim, a geração delas passou essa atividade para a nossa geração. A partir daí, construímos uma floresta Sateré na cidade. Para os que pensam que é apenas natureza, nós olhamos as plantas da cidade a partir da nossa cultura [...] (PNCSA - Fascículo 23, 2008, p.3),.

Se os mapeamentos sociais revelam uma percepção particular da floresta no ambiente urbano, também desvelam a emergência de novas territorialidades. Os marcadores sociais do espaço utilizados — indicados nas legendas que acompanham as cartografias sociais analisadas — como já sugerido, não se atêm aos referenciais hegemônicos ancorados na perspectiva dos controles urbanos e das instituições sociais dominantes que expressam as “paisagens políticas”<sup>20</sup>. Apresentam a plasticidade da “paisagem habitada”, expressa nos usos sociais efêmeros, sazonais e irregulares que se associam às “paisagens vernaculares”, como aquelas da cidade vivida pelos indígenas. Na cidade, é a floresta que os revela, agrega e, em torno da coleta de semente, reafirmam seus saberes singulares: “Fomos construindo a nossa floresta na cidade”.

A cidade que se apresenta, como já foi esboçado acima, é objeto de uma seleção, com destaque para locais específicos de trabalho e encontros. As referências às instituições de interesse dos indígenas, à

<sup>20</sup> Utilizo-me da proposição de J.B Jackson (2003), autor para quem a noção de paisagem assume significado político, assim como social e cultural. Refere-se a duas modalidades de construção social das paisagens, as “paisagens políticas” — ordem espacial que se impõe ao ambiente e tem estabilidade — e as “paisagens vernaculares”, paisagens vividas, habitadas, que utilizo para me referir à apreensão do espaço ou da paisagem na perspectiva dos indígenas, que se esboça nas cartografias sociais aqui tratadas. Sobre este tema, ver Zukin (2000).

sede da FUNAI e aos postos de saúde, por exemplo, mesclam-se aos seus referenciais específicos, como pontos de coleta de sementes, locais de venda de seus produtos ou reserva ambiental.

Nos mapeamentos sociais em que os sujeitos são associações ou outros coletivos, não se trata de mapear, por exemplo, a inserção urbana dos indígenas tão somente por suas diferentes origens ou em termos de sua inserção formal no mercado de trabalho. Importa valorizar as modalidades de sua presença nas cidades, a partir de critérios elaborados e referidos a eles mesmos ou de importância para sua reprodução entre não-índios, como apontam as legendas dos Fascículos, os textos e seus depoimentos, disponibilizados pelos pesquisadores.

As práticas dos indígenas em cidades como Manaus, dispersas pela região metropolitana, são sugestivas do valor que tem o espaço da cidade como referência significativa de suas práticas sociais e da garantia dos direitos. Nas palavras de Dona Tereza, matriarca da comunidade Mawé: “eu sempre visei que eles deveriam se organizar na cidade, pois o grande fortalecimento vem daqui. [...] tem dificuldades, mas tem conquistas” (PNCSA – Fascículo 23 2008, p.2).

Assim, estar no mapa da cidade ou entre não-índios é uma questão de elevado significado, o que se reduplica de valor no contexto amazônico, no qual, historicamente, a cidade ganhou destaque como lugar de “civilização”, de controle e de incorporação dos indígenas, silenciados em suas especificidades socioculturais, como foi a situação predominante até o final dos anos 1980. Assiste-se a um processo de “reconfiguração étnica” nas cidades da Amazônia, onde “a etnicidade estaria se tornando dramaticamente evidente na vida cotidiana” (ALMEIDA, 2009b, p.47), em especial em Manaus. Inúmeras manifestações expressam a construção de uma existência coletiva, que tem apontado “mais e mais para identidades políticas objetivadas em movimento social” (ALMEIDA, 2009b, p.53).

## **6. UMA REFLEXÃO SOBRE OS DESDOBRAMENTOS DOS PROCESSOS DE MAPEAMENTO SOCIAL URBANO: O EXEMPLO DA COMUNIDADE BEIJA-FLORE**

O caso do mapeamento social da Comunidade Beija-Flor, no município de Rio Preto da Eva, Amazonas, foi escolhido por se tratar de um mapeamento social que envolve indígenas inseridos em situação de conflito por terras no perímetro urbano. São indígenas de diferentes etnias que viveram um longo processo de disputa para poderem permanecer na área hoje definida como Terra Indígena Comunidade Beija-Flor. Ao contrário de unidades territoriais resultantes de atos arbitrários (ACSELRAD e COLI, 2008), a comunidade Beija-Flor expressa um caso em que as terras reivindicadas, a unidade territorial por elas constituída, advêm de um processo de territorialização desencadeado a partir da relação com o proprietário das terras, um empresário norte-americano. A partir de 1991, índios de origens étnicas distintas foram convidados por ele a viver na Comunidade Beija-Flor, onde a fundação homônima daria apoio à confecção e venda do artesanato indígena<sup>21</sup>.

Foi assim que, em função do interesse em participar do projeto, indígenas de pelo menos oito etnias, originários de diferentes regiões do estado, passaram a conviver nas terras do proprietário. Com a morte do proprietário, seguem-se contendas em torno da posse das terras onde viviam, que passa a ser reivindicada pelo procurador do falecido. É nesta situação que a perspectiva da realização da cartografia, proposta por um pesquisador aos indígenas, é acatada tendo em vista a possibilidade de ter no mapa “um documento”. Pelo menos cinco anos antecederam a realização da Oficina de Mapas, realizada em 2007,

<sup>21</sup> O empresário Richard Mielnick era também proprietário de uma loja de artesanato indígena, a Casa Beija-Flor, estabelecida desde o início da década de 1970-80, no centro de Manaus. Na década de 1980, o comerciante decidiu “montar uma comunidade indígena” e convidou indígenas de diferentes grupos para viverem na área de cerca de 81,20 ha, de sua propriedade, em Rio Preto da Eva, onde confeccionariam os objetos a serem vendidos exclusivamente nesta loja. Sobre a história social do conflito, ver Faria Jr. (2008, p. 23-33).

quando se acirravam as ameaças de despejo e os conflitos relativos à permanência nas terras, com o objetivo de elaborar um “mapa situacional” (FARIA JR., 2009, p.22).

As atividades das oficinas, no caso da Comunidade Indígena Beija-Flor, envolveram, além da elaboração dos mapas, a filmagem do processo e de depoimentos dos participantes. As oficinas, que duraram três dias, envolveram cerca de 70 pessoas, entre homens e mulheres adultos e crianças, com participação diferenciada daqueles que prestavam depoimentos e daqueles que se envolviam com a elaboração dos mapas e a inserção das informações.

Por meio das histórias de vida foram recuperadas as trajetórias familiares, pois eram diversas as origens dos que viviam em Rio Preto da Eva, considerando-se, inclusive, as primeiras etnias que chegaram quando o antigo proprietário das terras ainda era vivo e ali conviviam Yanomami, Tukano, Baniwa, Sateré, Tariano, Waiwai e Mura.<sup>22</sup> Na ocasião, práticas rituais e religiosas foram descritas e encenadas, como sinais diacríticos na afirmação do pertencimento étnico, especificidades não ameaçadoras tampouco debilitantes da mobilização em torno de seus interesses de permanência e a reivindicação pela terra (FARIA JR., 2009, p.55).

Este caso é significativo da importância ou dos desdobramentos que ganham os processos de consecução dos mapeamentos participativos. É também expressivo da flexibilidade que assumem as estratégias de afirmação identitárias em que se mesclam os esforços de reconhecimento de uma unidade social que se organiza com a vinda para a cidade e a inserção no projeto Comunidade Beija-Flor. O processo de mapeamento social se apresenta ali “como um mecanismo que consolida a ‘unidade de mobilização’, tornando-a mais compacta em torno de *croquis*, marcação de pontos e de mais elementos delineadores daquela territorialidade específica” (ALMEIDA, 2009 e FARIA, 2009)

As oficinas de mapeamento, descritas e documentadas por Faria Jr. (2009), também são um *locus* privilegiado para a reafirmação de diferenças entre os indígenas, de modo que são enfatizados e descritos aspectos rituais e simbólicos que operam descontinuidades entre os diferentes grupos que vivem na Comunidade. Por sua vez, as oficinas ganham expressão nos relatos, por propiciarem o registro da consolidação de uma unidade político-organizativa, mobilizada em função de interesses específicos e ancorada em solidariedades consolidadas durante os anos vividos na comunidade urbana. Os relatos individuais remetem ao entendimento da tessitura de redes sociais a partir do convívio cotidiano e das estratégias empreendidas para garantir a permanência nas terras da comunidade, regular o acesso aos recursos e adquirir reconhecimento por parte da Fundação Nacional do Índio- Funai. O processo político em busca de sua territorialização, assim como no desenho dos mapas, reforçam o sentido de pertencimento, com apreensões do espaço vivido, da localização das malocas de cada família e do uso dos recursos, informações que são levantadas e registradas para serem georreferenciadas.

Os textos contidos nos Fascículos, discutidos e conferidos pelos indígenas, trazem informações em português, mas é usual, em alguns deles, a inserção de pequenos trechos ou frases escritas em uma das línguas indígenas, como é o caso da língua tukano. Assim, de posse dos fascículos, à maneira de um novo documento de identidade, os índios ocuparam os bancos da Câmara Municipal de Rio Preto da Eva, na ocasião em que era discutida a aprovação do projeto de lei que lhes garantiu juridicamente o território e na qual se apresentaram publicamente. O poder municipal do município de Rio Preto da Eva desapropriou<sup>23</sup>, então, o imóvel urbano destinado aos indígenas de diferentes etnias, que ali viviam há mais de 15 anos, como um território étnico. Esta foi a primeira desapropriação de Terras Indígenas na

<sup>22</sup> Nas palavras do Pajé da comunidade, atualmente com 66 anos, presente na comunidade desde a sua constituição, muitos dos grupos voltaram amedrontados com a pressão e a violência dos interessados em fazer um grande loteamento, depois que o proprietário das terras da comunidade faleceu (FARIA JR 2009, p.82)

<sup>23</sup> Com a morte do proprietário, em 2002, um pretense procurador do comerciante passou a reivindicar as terras, ao que se seguiu uma disputa judicial que impedia formalmente que os 232 indígenas, organizados em três comunidades, ali permanecessem e pudessem ter seus projetos de manejo sustentável aprovados (ALMEIDA, 2009b, p. 11)..

cidade.

O mapa e os Fascículos não parecem ter sido incorporados à documentação do processo. No entanto, as informações ali consolidadas e a capacidade discursiva dos indígenas — em se situarem e em expressarem o conhecimento concernente às histórias que confluíram para as terras do projeto — foram centrais nas negociações que vieram a garantir juridicamente o território indígena. Sua consecução fortaleceu o grupo e seu sentido de pertencimento, assim como promoveu a politização de sua identidade, naquele contexto em que se afirmavam indígenas que reivindicavam direitos étnicos (OFFEN, 2006) junto ao Estado. Esta situação expressa, também, a aceitação do “poder dos mapas”, seu valor simbólico e os efeitos do uso das tecnologias, seja para os indígenas, seja para a sociedade abrangente. Podemos, ainda, aproximar a utilização dos fascículos em espaço ritual privilegiado, como o da Câmara da cidade, em que indígenas e as autoridades municipais, advogados e representantes dos diferentes interesses no conflito pela posse das terras tiveram uma atuação performática de notável efeito para o alcance de seus objetivos. “Na perspectiva dos indígenas tanto o fascículo quanto o mapa foram as peças técnicas de conversão da ‘comunidade’ em ‘aldeia’ e em ‘terra indígena’ (FARIA JR., 2008, p.59).

O fato de as terras estarem situadas em perímetro urbano deu à prefeitura competência para efetuar a desapropriação por interesse social. Com a homologação, as terras passaram a ser denominadas “Terra Indígena Comunidade Beija-Flor”, ao que se seguiram ajustes, segundo a ótica dos indígenas. O nome do lugar foi ressignificado e substituído nos documentos. De “Terra Indígena Beija-Flor” passou a ser designado “Aldeia Beija-Flor”, que, desde então, indica o local de nascimento dos mais jovens, como consta no registro do filho do tuxaua geral das comunidades, Fausto Andrade (FARIA JR., 2009, p. 60). Não se trata de uma toponímia de origem indígena, mas é certamente um nome marcado por disputas e entranhado de significados para os indivíduos das distintas etnias que ali se fazem “parentes”. No espaço assim nomeado aproximam-se e equacionam os conflitos e as tensões que a convivência nos limites de sua terra promove, ao mesmo tempo em que consolidam um local de origem para seus descendentes e marcam uma origem comum para os nascidos na “aldeia”.

A isto podemos associar, além da dimensão de inserção da comunidade no mapa da nação<sup>24</sup>, georreferenciada nas coordenadas geográficas, aquela constitutiva de diversas histórias de vida, como resultado de práticas dos grupos envolvidos nos processos de cartografia. Neste sentido, as cartografias sociais possibilitam, afinal, o que sugere Certeau (1994), ou seja, a criação de lugares como expressão de “espaços praticados”. Ao mesmo tempo, promovem a articulação desses lugares em redes territoriais, como propõe Offen (2009), ao afirmar que “[...]los lugares y los sentidos de lugar, así como las redes sociales tejidas a través de ellos, no se pueden separar de los procesos políticos que buscan su territorialización” (OFFEN, 2009).

A convivência dos índios na área de 41,63 hectares<sup>25</sup>, localizada a 5 quilômetros da sede municipal de Rio Preto da Eva, e seu interesse em permanecerem na propriedade são sugestivos para uma reflexão mais detida sobre processos de etnogênese e territorialização<sup>26</sup>. Este, porém, não é objeto particular desta abordagem, em que procuro destacar indicações sobre efeitos do mapeamento social, o qual, nas palavras do coordenador do projeto, “veio a se constituir em instrumento para a consolidação do território étnico”, e foi um caso “em que o Fascículo transcendeu aos objetivos do projeto – PNCSA” (ALMEIDA, 2008, p.12).

<sup>24</sup> Não se trata aqui de naturalizar o “enraizamento dos povos” como propõe Malkki ao criticar o “habito etnológico” de imobilizar um grupo, um povo em “seu território” e o de tomar como inequívoca a associação entre povo e território nacional (MALKKI, 1996). Considero ser a “inserção da comunidade no mapa da nação” um efeito simbólico dos processos de mapeamentos de grande significado para as diversas minorias e populações tradicionais que elaboram suas próprias cartografias sociais, como explicitam as falas registradas em diferentes fascículos do PNCS.

<sup>25</sup> Em 1994, o proprietário trocou parte dos 81,20 iniciais há por 370 há que pertenciam à prefeitura de Rio Preto da Eva e restaram então os 41,63 que vieram a se tornar a Terra Indígena.

<sup>26</sup> Para estes temas ver, Oliveira (1999) e Bartolomé (2006).

O caso da Comunidade Beija Flor pode aparentar um desvio da orientação inicialmente anunciada por este trabalho de analisar as cartografias *urbanas* pois, embora situada em perímetro urbano, se trata de uma *terra indígena*. Longe de se afastar de meu propósito inicial, entretanto, esse exemplo também ilustra as dificuldades e desafios impostos pelas categorias *rural* e *urbano* na Amazônia hoje impostos ao pesquisador. Os registros e processos de mapeamento social oferecem pistas de como o modo de vida dos grupos indígenas, em suas apropriações dos espaços urbanos, transitando entre floresta e cidades, levando suas formas de mobilidade e sociabilidade entre esses universos, usualmente pensados como claramente distintos, questiona essa dicotomia. A cartografia social enseja a possibilidade de contraste entre as diversas formas de o urbano ser construído e constituído no complexo contexto amazônico.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O notável crescimento das cidades na Amazônia tem sido gerado pelo afluxo crescente de pessoas vindas de outros estados e municípios do interior, mas ele é também correlato às dinâmicas da fronteira e da implantação de distintas malhas de gestão do território. No que concerne às dinâmicas geradas por novos ordenamentos do território, são exemplares aquelas que se desdobram da criação de unidades de conservação, as quais cerceiam o acesso a recursos ambientais e promovem a emergência de novas formas organizativas diante das perdas territoriais e dos deslocamentos forçados, como é o caso retratado no fascículo de cartografias sociais realizado por ex-moradores da área onde foi implantado o Parque Nacional do Jaú, hoje morando na cidade de Novo Airão (PNCSA - Comunidades Tradicionais do Brasil, Ribeirinhos e Quilombolas. *Ex-moradores do Parque Nacional do Jaú*, Fascículo 5, 2007).

Mais do que configurar um mosaico articulado de intervenções sobre a cidade, como muitos dos planos diretores compreendem a participação, os mapeamentos sociais vêm contribuindo para situar e expressar as múltiplas vivências, os interesses e as apropriações do espaço que se produzem nas cidades. Poderíamos pensar em espaços particulares de sociabilidade articulados em fluxos que expressam planos de organização diferenciados, os quais, por sua vez, extrapolam os limites da cidade.

As referências espaciais — representadas nas legendas dos *croquis* encartados nas cartografias sociais analisadas — deixam de ser restritas exclusivamente aos marcos hegemônicos. Por meio deles podemos reconhecer a indicação de uma diversidade de experiências urbanas vividas pelos indígenas ou por outras minorias, que assinalam os locais de práticas rituais, de sua territorialidade específica. Ao se considerar “a dimensão de uma cidade pluriétnica”, é estimulante pensar no que propõe Park (1976) ao discutir a organização da cidade e as forças que nela se apresentam em ambientes específicos, como os locais de residência, os pontos de encontros, as sociedades esportivas, entre outros. Para o autor, pessoas “diferentes” tendem a confluír para os mesmos lugares e cada vizinhança pode assumir o caráter de uma “região moral” (PARK, 1976 p.64) fazendo parte, contudo, da vida da cidade (BECKER, 2004, p. 182).

A observação dos mapeamentos sociais e dos Fascículos sugere uma reflexão relacionada à profusão de “regiões morais” caracterizadas por certa fluidez, relativas às formas particulares de inserção no espaço urbano de cidades da Amazônia. Esta inserção tem envolvido tanto indígenas quanto ribeirinhos em suas mobilidades, resultantes de constrangimentos em face de processos hegemônicos de ordenamento territorial.

O deslocamento de indígenas para os centros urbanos não tem significado uma ruptura com a “aldeia”, o que é indicativo de uma trama territorial que articula os lugares de origem e as cidades de maneira inédita. Esse processo tanto reforça identidades indígenas, como contribui para não subsumi-las à lógica da sociedade abrangente. Dele emerge uma sugestiva trama territorial, que os articula na cidade e para além dela.

As práticas de cartografia dão voz a segmentos sociais silenciados que, assim, preenchem nestes processos, os espaços em branco tão frequentes nas bases cartográficas das cidades<sup>27</sup> —, cujas legendas são ancoradas em referenciais como propriedade da terra, imóveis urbanos ou sistema viário. Neste sentido, os símbolos manifestados nas cartografias sociais indígenas complexificam a história urbana para além dos “lugares de memória” comprometidos com a história das elites (DAOU, 2000) ou com as interpretações hegemônicas em que os índios eram “absorvidos pela representação da Amazônia como ecossistema tropical” (ADAMS et alli, 2006, p.16).

O conjunto de trabalhos analisados e ainda aqueles Fascículos que contemplam solicitações e demandas de outras minorias presentes em cidades como Manaus e Belém são expressivos da heterogeneidade de origens, percursos e interesses dos que concorrem para estas cidades.. Em Manaus, onde vive mais de 50% da população<sup>28</sup> do estado, os diferentes Fascículos expressam “presenças étnicas” que compõem a pluralidade da vida urbana, assim como reafirmam as identidades indígenas na cidade. E não são menos significativos os Fascículos relativos a Belém, em que se apresentam indígenas, ribeirinhos e comunidades negras, entre outras minorias.

As cartografias sociais dão apoio às reivindicações políticas ancoradas em aspectos diacríticos que configuram identidades étnicas e estimulam a articulação de grupos étnicos com o Estado. Para além desta dimensão, que sugere a configurações de “identidades políticas”, como propõe a análise de Almeida (2009b), a presença de indígenas nas cidades é sugestiva para pensarmos mais detidamente em um dos aspectos indicados por Oliveira (1999) quanto aos processos de territorialização, qual seja, a alteração das relações com o meio ambiente, tendo em vista a reprodução do grupo e os constrangimentos que a demarcação impõe no que diz respeito ao acesso aos recursos.

Novas investigações podem vir a esclarecer como a cidade é apreendida nos mapas elaborados por diferentes segmentos sociais, o que inclui não apenas os indígenas, mas populações ribeirinhas, entre outras, submetidas a diferentes processos de constrangimento espacial e cerceamento do acesso aos recursos ambientais. O material das cartografias sociais urbanas é rico em indicações que vinculam os fluxos e as inserções urbanas a processos regionais e às dinâmicas próprias das sociedades indígenas em sua interação com a sociedade mais ampla.

As atividades de mapeamento social que vêm ocorrendo nas cidades amazônicas envolvendo indígenas remetem a outro leque de questões, relacionadas às modalidades de apropriação dos recursos e do uso dos espaços citadinos, seja para o cultivo — as roças —, seja para a coleta de matéria-prima ou ainda para o comércio dos bens.

Considerarei que os mapeamentos sociais seriam tão reveladores da diversidade das inserções urbanas em cidades, caudatárias do elevado crescimento da população urbana na região, quanto sinalizariam para os efeitos das dinâmicas regionais que se desdobram das políticas de ordenamento do território, oriundas da agenda ambientalista, entre outras. Indicariam, por sua vez, mudanças nas relações entre minorias étnicas e a sociedade abrangente, fenômeno que, mais recentemente, se apresenta indissociado das dimensões jurídicas que têm fortalecido os direitos territoriais e étnicos ancorados na Constituição de 1988 e na posterior adoção, pelo Brasil, da Convenção nº 169 da OIT, que trata de “povos indígenas” e “tribais”<sup>29</sup>.

<sup>27</sup> Harley considera o conceito de “silêncio” nos mapas como um filtro universal que, em diferentes contextos históricos, omite informações que resultam nas áreas silenciadas dos mapas, especialmente aqueles comprometidos com os estereótipos culturais que promovem as geografias do poder (HARLEY, 1995 p. 96).

<sup>28</sup> De acordo com o Censo 2010, a população do Estado do Amazonas é de 3.483.985 habitantes dos quais 2.755.490 vivem na área urbana e 728.495 na área rural. Na capital concentram-se 1.802.525 habitantes.

<sup>29</sup> A Constituição Brasileira de 1988 reconhece o caráter multiétnico da sociedade brasileira em diversos dispositivos. Assegura direitos coletivos para coletividades culturalmente diferenciadas, como povos indígenas e quilombolas, direitos estes fortalecidos pela adesão à convenção da OIT e à subsequente sedimentação desses direitos em um conjunto de disposições jurídico-administrativas. Se, por um lado, a legislação favoreceu a emergência de grupos sociais antes diluídos em outras categorias sociais, “misturados” ou

Finalmente, considero que a leitura do material e a análise dos processos de mapeamento social com indígenas, dão indícios e contribuem para qualificar o notável processo de urbanização da Amazônia. As experiências discutidas suscitam questões de interesse para novas investigações quanto às especificidades do fenômeno urbano, do atrativo da cidade e das novidades que particularizam a Amazônia como “uma floresta urbanizada” (BECKER, 2004).

### Fontes Primárias:

Levantamento - “Experiências *Experiências em Cartografia Social e Mapeamento Participativo – 2008/2009 (ETTERN/IPPUR/UFRJ)*”; (Integrante do projeto “Experiências em cartografia social e constituição de sujeitos em conflitos ambientais”, coord. Henri Acselrad). Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, não publicado, 2009.

### Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia – PNCSA: Fascículos Citados

Série Movimentos Sociais e Conflitos nas Cidades da Amazônia

Fascículo 1 – Indígenas na Cidade de Belém , PNCSA. 2007

Fascículo 3 – Afro Religiosos na cidade de Belém, PNCSA. 2007

Fascículo 8 – Ribeirinhos das ilhas de Belém, PNCSA, 2008

Fascículo 16 3 – Comunidade de São Benedito da Praça 14 de Janeiro, PNCSA. 2007

Fascículo 18 – Mulheres indígenas e Artesãos do Alto Rio Negro em Manaus, - PNCSA, 2007

Fascículo 23- Indígenas nas cidades de Manaus, Manaquiri e Iranduba, Processo de Territorialização Sateré-Mawé, PNCSA, 2008

Fascículo 24 - Associações Indígenas na cidade de Manaus AMARN- Associação de Mulheres do Alto Rio Negro NUMIÁ KURA, PNCSA, 2008.

### Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil

Fascículo 5, Ribeirinhos e Quilombolas, Ex-Moradores do Parque Nacional do Jaú, Novo Airão, Amazonas, 2007

### REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri e COLI, Luis Régis. 2008. Disputas cartográficas e disputas territoriais. In: ACSELRAD, Henri. (org.). *Cartografias sociais e território*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR. pp. 13-44.,2008

ACSELRAD, Henri - Introdução In: ACSELRAD, Henri. (org.). *Cartografias sociais e território*. Rio de Janeiro, UFRJ/IPPUR, 2008.

escondidos, por outro, são muitas as dificuldade que cercam a efetivação dos direitos por grupos sociais portadores de identidades coletivas, às quais historicamente o Estado negou reconhecimento e direito. Para o assunto, ver Shirashi Neto (2006 e 2009).

- ADAMS, Cristian, MURRIETA, Rui, NEVES, Walter Introdução In: ADAMS, Cristian, MURRIETA, Rui, NEVES, (org) Introdução *Sociedades Caboclas Amazônicas, Modernidade e Invisibilidade*, São Paulo, Anablume, 2006.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de - "Terras tradicionalmente ocupadas – processos de territorialização e movimentos sociais". *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. Vol. 6, nº 1. ANPUR, maio de 2004. p. 9-32.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner B., O mapeamento social, os conflitos e o censo –uma apresentação das primeiras dificuldades In *Estigmatização e território – mapeamento situacional das comunidades e associações indígenas na cidade de Manaus*. Manaus, Casa 8/Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2008, p19-35.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de - Prefácio in FARIAS JÚNIOR Emmanuel de Almeida *Terras Indígenas nas cidades - -Lei Municipal de Desapropriação nº 302 –Aldeia Beija-Flor*, Rio Preto Da Eva , Manaus, UEA edições da Universidade Federal do Amazonas, 2009a pp.11-14.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de - A Nova Fisionomia Étnica das Cidades In ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. & ALMEIDA. Alfredo Wagner B. de, (orgs). *Terra urbana e Territórios na Pan-Amazônia*, Manaus, PNCSA-UFAN/Fundação Ford/NCSA-UEA, 2009b P 45-67
- BARTOLOMÉ, Miguel Alberto - As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político In *Mana* v.12 n.1 Rio de Janeiro abr.2006
- BECKER, Bertha, *Amazônia, Geopolítica na Virada do III Milênio*. Rio de Janeiro, Garamond, 2004.
- BECKER, Howard - A Escola de Chicago – *Mana, Estudos de Antropologia Social* Volume 2 numero2 outubro p.177-188,1996
- CERTEAU, Michel de, 1994 *A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer*. Petrópolis, Vozes, 1994.
- CHAPIN, 2005. "Mapping indigenous lands". *Annual Review of Anthropology*, 34:619-638.
- COLI, Luis Régis - Reflexões sobre as experiências de mapeamento participativo e cartografia social em cidades brasileiras, não publicado, 2009
- CORREIA, Cloude de Souza Etnozoneamento e Diagnóstico Etno ambiental : representações cartográficas e Gestão Territorial em Terras Indígenas no Estado do Acre. Tese doutorado -Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília (DAN/UnB) Brasília, 2007
- CRAMPTON, Jeremy e KRYGIER, John, 2008 –Uma introdução à cartografia Crítica In: ACSELRAD, Henri. (org.). *Cartografias sociais e território*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR. pp.85-112
- DAOU, Ana Maria – *A belle époque Amazônica*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 2000
- FARIAS JÚNIOR Emmanuel de Almeida - *Terras Indígenas nas cidades - -Lei Municipal de Desapropriação nº 302 –Aldeia Beija-Flor*, Rio Preto da Eva , Manaus, UEA edições, 2009
- FOX, Jefferson SURINATA, Kriswati ET ALLI, 2008 O poder de mapear:efeitos paradoxais das tecnologias de informação espacial In ACSELRAD, H (org ) *Cartografias sociais e território*. Rio de Janeiro, UFRJ/IPPUR, p. 71 -84
- FRASER, Nancy - Reconhecimento sem ética? *Lua Nova*, São Paulo, 70: 101-138, 2007 disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n70/a06n70.pdf>>, acessado em 2/12/2009
- HALE, Charles."Does multiculturalism menace? Governance, cultural rights and the politics of identity in

- Guatemala". *Journal of Latin American Studies*, 34:485-524,2000.
- HALE, Charles. "Rethinking indigenous politics in the era of the "Indio permitido". *NACLA Report on the Americas*, oct: 16-25, 2004.
- HARLEY, J.B.- ?Puede existir una ética cartográfica?In *La Nueva Naturaleza de los Mapas – Ensayos sobre la historia de la cartografía Mexico*, Fondo de Cultura Económica, pp.239-250, 2005
- HOFFMANN, Maria Barroso – Mapeamentos participativos e atores transnacionais: a formação de identidades políticas para além do Estado e dos grupos étnicos, In: ACSELRAD, Henri (org) *Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate*. Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, pp.47-80, 2010 .
- JACKSON, John, B.- *A la découverte du paysage vernaculaire*, Arles, Actes Sud, 2003
- JOLIVEAU, T. O lugar do mapa nas abordagens participativas. In ACSELRAD, H. (Org.) *Cartografias Sociais e Território*. IPPUR / UFRJ. Rio de Janeiro, 2008.
- LASMAR, Cristiane – *De volta ao Lago de Leite – Gênero e transformação no Alto Rio Negro*. São Paulo, Editora Unesp, ISA; Rio de Janeiro, NUTI, 2005.
- LIMA, Antonio Carlos Souza e BARROSO HOFFMANN, Maria – Além da tutela: aspectos de uma nova regulação dos direitos indígenas no Brasil In LIMA, Antonio Carlos Souza de e BARROSO HOFFMANN, Maria (orgs.) *Além da tutela: bases para uma nova política indigenista III*. Rio de Janeiro, Contra Capa Livraria, 2002
- LIMA, Luis Augusto Pereira & CHAMO Laura Adriana, Indígenas na Cidade de Manaus: A construção do Mapa In ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de e SANTOS Glademir Sales (orgs) – *Estigmatização e território – mapeamento situacional das comunidades e associações indígenas na cidade de Manaus*. Manaus, Casa 8/Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2008, p.37-62
- MALKKI, Lisa. National Geographic: the Rooting of Peoples and Territorialization of National Identity of Scholars and Refugees, In ELEY, G. e SUNY, R. G. *Becoming National, a Reader*, Oxford, Oxford University Press, 1996. pp 434-455.
- OFFEN, Karl. "O mapeas o te mapean: Mapeo indígena y negro en América Latina". 166. *Tabula Rasa*. Bogotá - Colombia, No.10: 163-189, enero-junio 2009 ...
- OLIVEIRA e IGLESIAS, Marcelo Piedrafita. "As demarcações participativas e o fortalecimento das organizações indígenas." In: e LIMA, Antonio Carlos de Souza e BARROSO HOFFMANN, Maria (orgs.) *Estado e povos indígenas: bases para uma nova política indigenista II*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria. pp. 41-68. 2002
- OLIVEIRA, João Pacheco de. "Uma etnologia dos 'índios misturados'? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais". In: \_\_\_\_\_. (org.). *A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria. 1999
- PARK, Robert Erza, A Cidade: Sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano In Velho, Guilherme Otávio (org) *O Fenômeno Urbano*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976.
- SANTOS Glademir dos Sales, Etnografia da inclusão: a resistência contra a indiferença In ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de SANTOS Glademir Sales (orgs) – *Estigmatização e território – mapeamento situacional das comunidades e associações indígenas na cidade de Manaus*. Manaus, Casa 8/Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2008 p.63-82
- SANTOS, Ricardo Ventura; PEREIRA, Nilza de Oliveira Martins. Os indígenas nos censos nacionais no Brasil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 6, Dec. 2005

\_\_\_\_\_. Editorial “O indígena” que emerge do Censo Demográfico de 2010” In Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 27(6):1048-1049, jun, 2011 .

SHIRASHI NETO, Joaquim. (org.) Práticas jurídicas Diferenciadas: Formas Tradicionais de Acesso e Uso da Terra e dos Recursos Naturais In SHIRASHI NETO, Joaquim. (org.) Leis Do Babaçu Livre- Práticas jurídicas das quebradeiras de coco babaçu e normas correlatas, Manaus, Edição PPGSCA-UFAM/Fundação Ford,2006.

SHIRASHI NETO, Joaquim - O Direito dos povos dos faxinais: as interpretações e as interpretações jurídicas In ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno e SOUZA, Roberto Martins de (orgs)- Terras de Faxinais. Manaus, Edições da Universidade do Estado do Amazonas, UEA, 2009 pp 17-28

SILVA, Raimundo Nonato Pereira da – Regiões Etnográficas Indígenas na cidade, In *Estigmatização e território – mapeamento situacional das comunidades e associações indígenas na cidade de Manaus*. Manaus, Casa 8/Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2008,pp179-192.

SILVA, Josibel Rodrigues e, A resposta à estigmatização produz território étnico:Os indígenas em Manaus e a formação de comunidades étnicas In ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de e SANTOS Glademir Sales (orgs) – *Estigmatização e território – mapeamento situacional das comunidades e associações indígenas na cidade de Manaus*. Manaus, Casa 8/Ed. da Universidade Federal do Amazonas, 2008 p.83-94.

SLETTTO, Bjorn Ingmun - “We Drew what we imagined: participatory mapping, performance, and the arts of landscape making”. *Current Anthropology*, 50(4):443-476, 2009

SOUZA, Roberto Martins de - Mapeamento Social dos Faxinais do Paraná, In ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de e SOUZA, Roberto Martins de, *Terras de faxinais* Manaus, Edições da Universidade do Estado do Amazonas, 2009 pp. 29-88

VIANNA, Aurélio - 2009 Mapas e Identidades - O reencantamento da cartografia In *Le Monde Diplomatique* Brasil, ano 2,nº 23, junho 2009

WAINWRIGHT, Joel - “Cartography, territory, property: postcolonial reflections on indigenous counter-mapping in Nicaragua and Belize”. *Cultural Geography*, 16: 153-178, 2009.

ZUKIN, Sharon - Paisagens Urbanas Pós-Modernas: Mapeando Cultura e Poder In: Arantes, Antonio A. (org) *O Espaço da diferença* , São Paulo, Papirus, 2000, p.80-103.